

FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE ENTIDADES DA
SOCIEDADE CIVIL

Fernanda Lopes Kunzler – RA 7428

PAULO SERGIO MATOSO

PROBLEMA (Título):

INDICADORES SOCIAIS NÃO DÃO CONTA DE AVALIAR AS DIFERENTES DIMENSÕES DO TRABALHO DE BASE REALIZADO POR EDUCADORES POPULARES EM PROCESSOS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA:

COLETIVO NACIONAL DA RECID

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Especialização Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil, pela Fundação Santo André.

Monitora: Maria Cristina Briani

Santo André
2016

Sumário

| | |
|--|------|
| 1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo..... | 1/1 |
| Situação Problema..... | 1 /1 |
| Fluxograma Explicativo..... | 3 /1 |
| 2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos..... | 1 /2 |
| 3. Árvore do problema..... | 1 /3 |
| 4. Plano de Ação..... | 1 /4 |
| 5. Análise de Atores..... | 1 /5 |
| 6. Análise de Riscos e Fragilidades..... | 1 /6 |
| 7. Considerações Finais..... | 1 /7 |
| 8. Referências bibliográficas..... | 1 /8 |

1. Indicação da situação-problema e Fluxograma explicativo

Situação Problema

O ator social desenvolve um processo sistemático de formação em direitos humanos descentralizado em todo país. Está organizado em coletivos estaduais, regionais e uma coordenação nacional, que atuam de forma horizontal e com sua organicidade compartilhada. A avaliação das ações desenvolvidas no país e sistematizadas pelos coletivos que compõem a Rede de Educação Cidadã (Recid) chegam a um ponto limitante: os indicadores sociais que possam traduzir quantitativamente um conceito social sinalizando os aspectos da realidade, avanços e desafios capazes de orientar a continuidade do trabalho desenvolvido.

Os/as Educadores/as Populares do Coletivo de Coordenação da Recid identificam em suas análises avaliativas o vasto campo trabalhado na formação social, porém, e diante de sua ampla diversidade e capilaridade, não dimensionam quantitativamente e qualitativamente os resultados do processo já desenvolvido no sentido de organizar o que fazer deste determinado ponto a diante. Ou seja, chegou-se a uma determinante: ou verifica-se o alcance e potencialidades de mais de uma década de formação, ou então, limita-se as possibilidades que este trabalho pode alcançar.

Outro ponto se faz necessário analisar, o fato de, durante esses 13 anos de atividades ininterruptas, desenvolvidas com diversas comunidades, grupos e movimentos sociais, numa sistemática metodológica com base na educação popular crítica Freireana (Paulo Freire), a ausência de uma medida estatística, pode comprometer os horizontes orientadores de um Projeto Político Pedagógico pensado por esta equipe de educadores/as.

Entre 2011 e 2013, um amplo debate ocorreu na sociedade brasileira, organizado pelo Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e como resultado, no I Seminário Nacional da Política de Educação Popular, em outubro de 2013, foi aprovado o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.

Este “Marco de Referência” tem como propósito “promover um campo comum de reflexão e orientação de práticas coerentes com a perspectiva metodológica proposta pela Educação Popular para o conjunto de programas, projetos e políticas com origem, principalmente, na ação pública, que contemplem os diversos setores vinculados a processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal” (BRASIL, 2014). Este

documento serve como ponto de partida para a construção de políticas de juventude, de participação social, de educação popular e outras.

Diante de tão vasta diversidade de programas e projetos que a participação social traz, foi preciso operar uma redução e eleger um objeto teórico, a saber: os processos de participação social instalados a partir do trabalho de base realizado por educadores populares da Rede de Educação Cidadã (Recid). A Recid é uma articulação de diversos atores sociais, que no ano de 2013 completou uma década de experiência. É uma experiência que nasce dentro do Estado Brasileiro, com educadores populares, militantes dos direitos humanos, movimentos populares, entidades, etc., que, “assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente ... promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação” (<http://www.recid.org.br/quem-somos.html>).

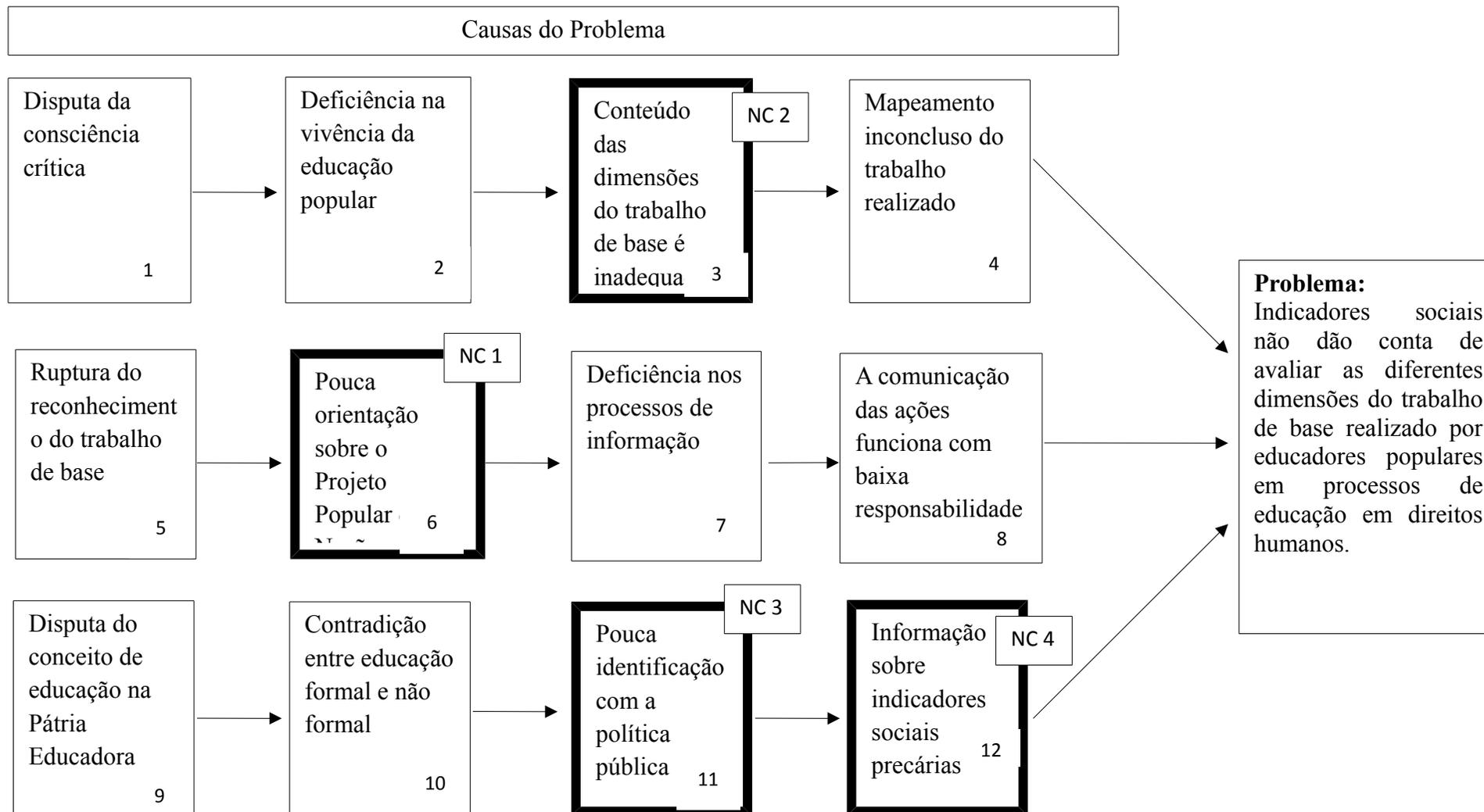
Ao estudar os discursos do conceito de participação democrática desenvolvidos no documento *Aprimoramento de Eventos da ALMG*, as referências desta são ideias que pensam a participação deliberativa a partir de um processo dialógico entre sujeitos e representantes (Mendonça; Cunha, 2012). Nesse sentido o modelo deliberacionista, de acordo com Simone Chambers (2003) e John Dryzek (2000), “promove uma ruptura com a ideia de que a democracia seria uma forma de contabilização de interesses em disputa e busca criar condições para a existência de novas práticas democráticas”. Esse projeto, ao ter como inspiração principal os processos de educação popular instalados pela Rede de Educação Cidadã, conforme o escrito nos instrumentos de sistematização da Recid, busca respostas para a seguinte questão: quais indicadores sociais avaliam as diferentes dimensões do trabalho de base realizado por educadores populares nos processos de participação social? O percurso metodológico utilizado será realizar uma abordagem a partir da história oral para produção desses indicadores qualitativos, no sentido de compreender a experiência vivida no campo da educação em direitos humanos, contemplando as várias dimensões do trabalho de base.

Portanto, as razões pelas quais se justifica a proposição desta pesquisa, são: utilizar o trabalho final do Curso de Especialização – Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil para aprofundar sobre as lições que a experiência em comunidade proporciona e contribuir para a reflexão do conceito de indicadores sociais que trazem a mensagem da realidade concreta das populações acessadas nos processos de educação popular da Rede de Educação Cidadã.

Fluxograma Explicativo

Local: 26 Estados Brasileiros e no Distrito Federal.

Ator: Coletivo Nacional de Coordenação da Rede de Educação Cidadã.



2. Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos

De acordo com COSTA (2015) o fluxograma apresentado acima deve dar conta de responder “como e onde atuar para mudar a descrição de um problema?” e ainda se “esta mudança será suficiente para alcançar os objetivos perseguidos?” Nesse sentido, identificamos quatro Nós Críticos (NC), a saber: pouca orientação sobre o Projeto Popular de Nação, conteúdo das dimensões do trabalho de base é inadequado, pouca identificação com a política pública e informação sobre indicadores sociais precárias.

Vale ressaltar que estes Nós Críticos são para COSTA (2015) “os nós explicativos de um fluxograma” e são reconhecidos como tal, pois uma vez sanados terão forte incidência na resolução do problema, sendo que aquele que o declara tem poder sobre a ação, além de não representar um desgaste para o mesmo uma vez que o processo decisório é realizado pelo Coletivo de Coordenação da Rede de Educação Cidadã.

Se forem apresentadas ações claras e específicas que dão conta de resolver questões do ambiente organizacional, do trabalho que foi realizado, que garanta uma identificação com a política pública de educação popular e principalmente criadas a partir de um plano de ação específico, com certeza o problema dos indicadores sociais que não abarcam as diferentes dimensões do trabalho de base realizado pelos educadores populares serão sanados. Para qualificar este argumento será construída a partir do fluxograma do problema, uma árvore do problema e que apresentará os quatro Nós Críticos e as ações que serão realizadas com o intuito de desatar cada um deles.

A árvore que será construída tem o propósito de apoiar a equipe de governo na resolução do problema, problematizando de tal forma, além de expor o problema, irá apresentar as ações planejadas e que serão desencadeadas, tendo como resultado a resolução do caso, declarado pelo ator.

De acordo com a seleção dos NCs, o primeiro nó explicativo selecionado apresenta o debate em torno do Projeto Popular de Nação que os educadores e educadoras populares de todo o Brasil estão realizando com todas as populações acessadas. Esta é a ideia deste NC, ocorre que ainda há pouca orientação sobre as categorias do Projeto Popular para o Brasil adotado pelo conjunto da Recid.

Foi com o propósito de “explicitar e assumir a intencionalidade política da Rede de Educação Cidadã” (RECID ppp, pág, 5), que entre os anos de 2005 e 2006 realizou-se um processo de sistematização com todos os educadores(as) ligados a Recid para elaborar os princípios e diretrizes de seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Este Projeto Político Pedagógico tinha como origem o Projeto Popular para o Brasil e as categorias soberania, compromisso com as diferenças e diversidades culturais, religiosas, pluriétnicas, sexuais, de gênero, democracia direta e participativa, exercício do poder popular, processo emancipador e transformador, organização solidária da economia e da sociedade, um projeto pautado em valores anti-capitalistas, Internacionalismo, democratização e controle social e comunitário dos meios de comunicação social e o protagonismo/liberdade (RECID ppp, pág. 10-11), fizeram parte deste instrumento norteador de suas ações. Vale lembrar que neste NC poderão aparecer categorias de análise dos indicadores, ou seja, condições que de certa forma serão geradoras e estimuladoras de habilidades e competências dos educadores populares, favorecendo e garantindo sucesso na resolução do problema declarado.

Vale lembrar que a realização deste NC, será apenas o início de todo o processo, pois outro nó crítico estratégico para o sucesso do plano de trabalho é o que trata sobre o conteúdo das dimensões do trabalho de educação em direitos humanos e que na avaliação do processo é considerado como inadequado. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o capítulo que apresenta a educação não formal em direitos humanos é orientado pelos princípios de emancipação e autonomia e configura-se num “permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas” (PNDH, pág. 43). Essa experiência de educação em direitos humanos corre em duas direções: a primeira tem o foco principal nos processos de educação popular e a segunda, o centro é a participação democrática e cidadã e ambas se entrelaçam nas experiências vivenciadas dos movimentos sociais e populares, organizações não governamentais da área social, política, educacional e cultural.

O conteúdo destas dimensões deve dar conta de atender aos desafios das pessoas em refletir sobre sua condição de classe trabalhadora e o processo histórico em que está inserido na sociedade, estimulando práticas, de organização comunitária por direitos e acesso a política pública, além de refletir sobre seus direitos: civis, políticos, culturais econômicos e sociais.

Essa experiência de vivenciar na prática as dimensões do processo de educação em direitos humanos a partir da educação não formal e que traz como um dos focos a questão da educação popular, aponta para o terceiro nó crítico que é justamente essa identificação com a política pública de educação popular, ou seja, reconhecer a educação popular como uma política pública é no mínimo desafiador. Esta condição poderá trazer a compreensão de que ao transformá-la em “Política”, se perderão de vista os pressupostos de emancipatória e libertadora. Para o nosso caso, acredito que acontecerá exatamente o contrário uma vez que

esse reconhecimento fará com que haja uma identificação ao acesso da política pública e desta forma, o desatamento do nó crítico.

Para Paulo Freire não basta querer a mudança da sociedade apenas, é necessário uma postura diferente em relação ao trabalho de base. Para além do querer é preciso saber o que se quer mudar e ir ao rumo da “igualdade e liberdade”. A relação da teoria e prática é uma via de mão dupla. É importante se colocar a fazer algo, ou seja, aqueles com fundamentação teórica lançam-se a ouvir aqueles com mais prática e vice-versa. Isso ajuda a descobrir junto com o outro (FREIRE, 2014).

No processo de formulação de uma política pública de educação popular algumas categorias são imprescindíveis para nortear tal proposta, que são: dialógica, amorosidade, conscientização, transformação da realidade e do mundo, partir da realidade concreta, construção do conhecimento e sistematização de experiências (BRASIL, 2014).

Que seja *dialógica* enquanto alicerce para uma educação transformadora. No diálogo que construímos as bases da política pública, estabelecemos relações horizontais, confrontamos os saberes, sendo fundamental para romper com o silêncio e refletir sobre a realidade. Que tenha *amorosidade* na relação homem-mulher-mundo e seu contexto histórico, social, cultural e simbólico. *Conscientização* no sentido de ir além do perceber a realidade, mas sim a compreensão e apropriação desta. Esse processo só tem sentido se houver *a transformação da realidade e do mundo* no sentido de contribuir com os processos de democratização do Estado e da sociedade (BRASIL, 2014).

Outra categoria imprescindível é *partir da realidade concreta*, que para Paulo Freire é muito mais do que fatos e dados. A realidade concreta é tudo isto mais a explicação que o sujeito tem sobre estes dados e fatos de sua realidade (FREIRE, 2014).

Nos processos de educação popular a *construção do conhecimento* garante que a teoria e prática são fundamentais no sentido de aliar o conhecimento histórico aos saberes do dia-a-dia do povo. A *sistematização de experiências* como um processo de ação reflexiva de sua prática, construindo protagonismo na superação das situações de opressão (BRASIL, 2014).

Freire (2014) apresenta ainda outros princípios que são válidos nesta observação: ninguém está só no mundo, saber ouvir e desmontar a visão mágica. Em seus escritos pedagógicos sobre o oprimido, a constatação de que “ninguém está só no mundo” parece tão óbvio, mas “estar com os outros significa necessariamente respeitar nos outros o direito de dizer a palavra” e com certeza este princípio não deve soar muito bem para quem acha que é o dono da verdade. O princípio do “saber ouvir” é ter clareza de que o outro, a partir de sua explicação de mundo, de sua realidade concreta, possa ter uma informação diferente daquela

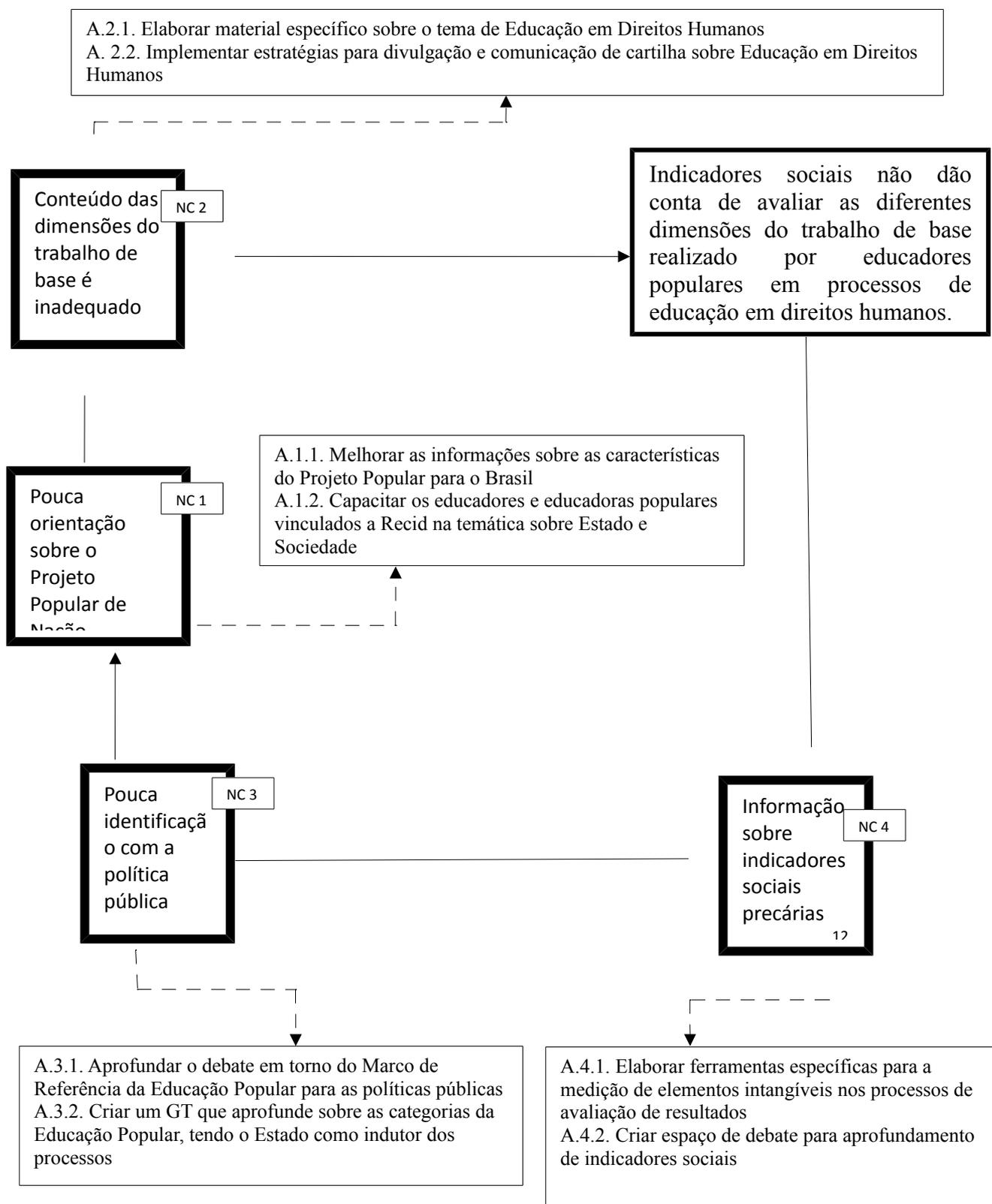
que tenho e isso, para o processo dialógico, deve ser respeitado, ou seja, se falo “com” e não “para” sobre algo, minha escuta também deve ser a mesma e nisso o trabalho que tenho para realizar parte de situações concretas. Com a ideia de “desmontar a visão mágica”, Paulo Freire (2014), argumenta no sentido de que a primeira coisa que devemos fazer quando for realizar um trabalho em uma comunidade onde a opressão e rejeição são tamanhas, que é “preciso às vezes acreditar que Deus é mesmo o responsável” para depois realizar o trabalho de desmistificar essa ideia (FREIRE, 2014).

Para finalizar os comentários analítico-conceituais sobre os nós explicativos apresentamos o NC4, que trata sobre a precariedade na informação sobre indicadores sociais no conjunto da Rede de Educação Cidadã. O debate sobre indicadores sociais aconteceu no XIII Encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã, com o tema “Participação Social e Educação Popular na Pátria Educadora”, realizado em Brasília, Distrito Federal, entre os dias 26 a 28 de novembro de 2015.

De acordo com o debate realizado por um número expressivo de educadores e educadoras populares, a partir da apresentação de uma prestação de contas, avaliou-se que a ferramenta utilizada para avaliar as ações da Recid não dava conta de medir o que é intangível no trabalho de base, ou seja, realizar uma medição de um trabalho de educação popular não é nada fácil e isso se torna mais complicado quando não se tem muitos parâmetros para tais avaliações, principalmente no que diz respeito a cultura, qualidade e conhecimento.

A seguir apresentamos, a partir do Fluxograma elaborado, a Árvore do Problema, indicando os Nós Críticos que foram identificados pelos Educadores Populares do Coletivo Nacional de Coordenação da Rede de Educação Cidadã (RECID) e que declararam o problema. Essa árvore faz parte do conceito da “Metodologia de Diagnóstico de Problemas” e além de expor o problema declarado, apresenta os Nós Críticos com indicação de ações que deverão ser potencializadas pelo ator. Vamos observar a figura abaixo, com o problema que são os “indicadores sociais não dão conta de avaliar as diferentes dimensões do trabalho de base realizado por educadores e educadoras populares em processos de educação em direitos humanos”.

3. Árvore do problema



3.1. PAINEL 1 - Árvore de problemas

| Nó Estratégico | Ações | Resultado das ações | |
|---|---|--|--|
| NE 1 – Pouca orientação sobre o Projeto Popular para de Nação | Ação 1.1: Melhorar as informações sobre as características do Projeto Popular para o Brasil | r1.1.1: Educadores e educadoras estimulados em realizar o aprofundamento sobre Projeto Popular para o Brasil r1.1.2: Melhorar o nível de entendimento sobre as características do Projeto Popular para o Brasil | |
| | Ação 1.2: Capacitar os educadores e educadoras populares vinculados a Recid na temática sobre Estado e Sociedade | r1.2.1: 100% dos educadores e educadoras capacitados r1.2.2: 80% da equipe apta para fazer o debate sobre Projeto Popular para o Brasil | |
| | NE 2 – Conteúdo das dimensões do trabalho de base é inadequado | Ação 2.1: Elaborar material específico sobre o tema de Educação em Direitos Humanos | r2.1.1: Projeto específico de uma cartilha com a temática de Educação em Direitos Humanos r2.1.2: Elevar o nível de entendimento sobre a temática de Educação em Direitos Humanos |
| | | Ação 2.2: Implementar estratégias para divulgação e comunicação de cartilha sobre Educação em Direitos Humanos | r2.2.1: Plano de divulgação e comunicação de cartilha sobre Educação em Direitos Humanos |
| NE 3 – Pouca identificação | Ação 3.1: Aprofundar o debate em torno do Marco de Referência da | r3.1.1: Grupos com temas e | |

| | | |
|---|--|---|
| com a política pública | Educação Popular para as políticas públicas | atividades voltadas para a discussão do Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas |
| | Ação 3.2: Criar um GT que aprofunde sobre as categorias da Educação Popular, tendo o Estado como indutor dos processos. | <p>r3.1.2: Elevar o nível de entendimento da vivência dos três momentos da educação popular crítica freireana</p> <p>r3.2.1: Ambiente organizacional preparado para discussão das categorias da Educação Popular</p> <p>r3.2.2: Equipes do Coletivo Nacional da Recid capacitadas para o debate sobre a Educação Popular Crítica</p> |
| NE 4 – Informação sobre indicadores sociais precárias | Ação 4.1: Elaborar ferramentas específicas para a medição de elementos intangíveis nos processos de avaliação de resultados | <p>r4.1.1: Instrumental de medição criado a partir de princípios e diretrizes do PPP</p> <p>r4.1.2: Elevação no nível de avaliação das atividades da Recid, a partir de dimensões não tangíveis como conhecimento, cultura, inovação, etc.</p> |
| | Ação 4.2: Criar espaço de debate para aprofundamento de indicadores sociais | r4.2.1: Criar um Fórum de discussão para o debate sobre os indicadores |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>sociais</p> <p>r4.2.2: Grupo de envolvidos capacitados para o debate sobre indicadores sociais tangíveis e intangíveis</p> |
|--|--|--|

4. Plano de Ação

PAINEL 2.1

NC 1 – Pouca orientação sobre o Projeto Popular de Nação

| Ação | Tarefas | Recursos Necessários | Prazos (meses) | Responsável |
|---|---|-----------------------------|-----------------------|---|
| Ação 1.1: Melhorar as informações sobre as características do Projeto Popular para o Brasil | T.1.1.1. Levantar informações sobre o Projeto Popular para o Brasil e que estão disponíveis nos instrumentos sistematizados pela Recid | R\$ 60.000,00 | 2 meses | Equipe do Secretariado Nacional Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.1.1.2. Criar um passo a passo para disponibilizar essas informações | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe do Secretariado Nacional Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.1.1.3. Agendar na pauta dos encontros nacionais um momento para apresentar o passo a passo de como será repassado às informações | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe do Secretariado Nacional Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| Ação 1.2: Capacitar os educadores e educadoras populares vinculados a Recid na temática sobre Estado e Sociedade | T.1.2.1. Definição dos temas da capacitação | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.1.2.2. Elaborar a programação e metodologia da capacitação | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Gestão Financeira |
| | T.1.2.3. Estabelecer um cronograma de estudo a partir dos encontros nacionais, estaduais e regionais. | R\$ 519.012,00 | 6 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política |

PAINEL 2.2

NC 2 – Conteúdo das dimensões do trabalho de base é inadequado

| Ação | Tarefas | Recursos Necessários | Prazos (meses) | Responsável |
|--|--|-----------------------------|-----------------------|--|
| Ação 2.1: Elaborar material específico sobre o tema de Educação em Direitos Humanos | T.2.1.1. Realizar um estudo sobre a temática da Educação em Direitos Humanos, apresentando um escopo de um projeto de sistematização do tema | R\$107.500,00 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.2.1.2. Realizar um encontro nacional para a discussão do tema de Educação em Direitos Humanos e apresentar um roteiro para o processo de sistematização | R\$ 194.055,98 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Gestão Financeira Equipe de Articulação |
| | T.2.1.3. Acompanhar a sistematização em todas as unidades da federação | R\$ 145.515,00 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.2.1.4. Elaborar um texto base com todo o material coletado nos estados | R\$ 90.000,00 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| Ação 2.2: Implementar estratégias de divulgação e comunicação para e de | T.2.2.1. Preparar uma oficina de formação para ser realizada com os educadores e educadoras em cada estado | R\$ 142.388,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.2.2.2. Enviar o material para todos os estados | R\$ 30.000,00 | 2 meses | Secretariado Nacional da Recid Equipe de Gestão Financeira |
| | T.2.2.3. Confirmar a chegada de todo o material | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Secretariado Nacional da Recid |

| | | | | |
|---|--|----------------|---------|--|
| cartilha sobre Educação em Direitos Humanos | | | | Equipe de Gestão Financeira |
| | T.2.2.4. Acompanhar in loco a oficina de formação | R\$ 290.000,00 | 6 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política |

PAINEL 2.3

NC 3 – Pouca identificação com a política pública

| Ação | Tarefas | Recursos Necessários | Prazos (meses) | Responsável |
|---|---|-----------------------------|-----------------------|---|
| Ação 3.1: Aprofundar o debate em torno do Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas | T.3.1.1. Levantar informações sobre o Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe do Secretariado Nacional |
| | T.3.1.2. Elaborar uma proposta de agenda e programação para um Seminário sobre o “Marco” | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe do Secretariado Nacional Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.3.1.3. Elaborar a metodologia do seminário | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.3.1.4. Realizar o Seminário do Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas | R\$ 194.055,98 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política Equipe de Gestão Financeira |
| Ação 3.2: Criar um Grupo de Trabalho que aprofunde sobre as categorias da Educação Popular, | T.3.2.1. Levantar informação sobre as experiências do Estado Brasileiro em educação popular | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Secretariado Nacional da Recid |
| | T.3.2.2. Realizar uma reunião com um representante de cada experiência para uma primeira aproximação. | R\$ 194.055,98 | 6 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política Equipe de Gestão Financeira |

| | | | | |
|--|---|----------------|---------|--|
| tendo o Estado como indutor dos processos. | T.3.2.2. Criar o GT permanente para aprofundar sobre a temática. | R\$ 120.000,00 | 6 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política |
|--|---|----------------|---------|--|

NC 4 – Informação sobre indicadores sociais precárias

| Ação | Tarefas | Recursos Necessários | Prazos (meses) | Responsável |
|--|---|----------------------|----------------|---|
| Ação 4.1: Elaborar ferramentas específicas para a medição de elementos intangíveis nos processos de avaliação de resultados | T.4.1.1. Levantar informações sobre indicadores sociais e econômicos (tangíveis e intangíveis) | R\$ 60.000,00 | 2 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.4.1.2. Identificar as demandas por indicadores intangíveis | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.4.1.3. Definir novos processos e indicadores respeitando as dimensões apresentadas nas demandas surgidas | R\$ 90.000,00 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política Equipe de Gestão Financeira |
| Ação 4.2: Criar espaço de debate para aprofundamento de indicadores sociais | T.4.2.1. Agendar um espaço na pauta das reuniões nacionais para aprofundar o estudo sobre os indicadores sociais. | R\$ 30.000,00 | 1 mês | Equipe Pedagógica e de Comunicação |
| | T.4.2.2. Realizar um encontro com um/a educador/a de cada estado para debater e apresentar os novos mecanismos de medição do trabalho. | R\$ 194.055,98 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política Equipe de Gestão Financeira |
| | T.4.2.3. Avaliar o trabalho realizado pela Recid a partir desses novos instrumentos de medição | R\$ 120.000,00 | 3 meses | Equipe Pedagógica e de Comunicação Equipe de Articulação Política Equipe de Gestão Financeira |

5. Análise de Atores

PAINEL 3.1

Ação 1.1 – Melhorar as informações sobre as características do Projeto Popular para o Brasil

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|----------------------|------------------------------|--|--|--|---|
| Coletivo Nacional | Político | Composição mista entre sociedade civil e governo | Pautando o debate nas reuniões nacionais | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto. |
| Educadores Populares | Cognitivo | Histórico | Acúmulo da prática | Ativismo | Criar espaço de discussão onde o tema do PPB seja o pano de fundo |
| Governo | Econômico/Político | Modelo de projeto | Economicamente | Teoria Positivista | Sensibilizando para o resultado que se quer alcançar |

PAINEL 3.2

Ação 1.2 - Capacitar os educadores e educadoras populares vinculados a Recid na temática sobre Estado e Sociedade

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|----------------------|------------------------------|--|------------------------------|--|---|
| Coletivo Nacional | Político/Cognitivo | Composição mista entre sociedade civil e governo | Induzir o debate | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate e se perder nas pautas e agendas que sobrecarrega o grupo | Sensibilizar para que percebam que o debate é profundo e da maior importância em processos de educação popular |
| Educadores Populares | Cognitivo | Agendas | Acúmulo histórico | Ativismo | Sensibilizar o conjunto de educadores popular no sentido de que percebam que o tema sobre Estado e Sociedade faz parte dos processos instalados |

PAINEL 3.3

Ação 2.1 - Elaborar material específico sobre o tema de Educação em Direitos Humanos

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|-------------------|------------------------------|---|---|------------------------------|--|
| Coletivo Nacional | Político/Cognitivo | Aprofundamento Teórico | Elaborando uma estratégia de sistematização de experiências | Ativismo | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto. |
| Governo | Econômico/Político | Prioridades | Economicamente | Burocracias da Gestão | Sensibilizando para o resultado que se quer alcançar |

PAINEL 3.4

Ação 2.2 – Implementar estratégias para divulgação e comunicação de cartilha sobre Educação em Direitos Humanos

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|-------------------|------------------------------|---|---|------------------------------|--|
| Coletivo Nacional | Político/Cognitivo | Agenda de compromisso | Elaborando um plano de divulgação e comunicação | Ativismo | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto. |
| Governo | Econômico/Político | Outras Prioridades | Economicamente | Burocracias da Gestão | Sensibilizar para o compromisso com a parceria realizada |

PAINEL 3.5

Ação 3.1 - Aprofundar o debate em torno do Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|----------------------|------------------------------|--|------------------------------|--|---|
| Coletivo Nacional | Político/Cognitivo | Composição mista entre sociedade civil e governo | Induzir o debate | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate e se perder nas pautas e agendas que sobrecarrega o grupo | Sensibilizar para que percebam que o debate é profundo e da maior importância em processos de educação popular |
| Educadores Populares | Cognitivo | Agendas | Acúmulo histórico | Ativismo | Sensibilizar o conjunto de educadores popular no sentido de que percebam a importância do tema sobre o Marco de Referência da Educação Popular para as políticas públicas |

PAINEL 3.6

Ação 3.2 – Criar um GT que aprofunde sobre as categorias da Educação Popular, tendo o Estado como indutor dos processos

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|----------------------|------------------------------|--|--|--|---|
| Coletivo Nacional | Político | Composição mista entre sociedade civil e governo | Pautando o debate nas reuniões nacionais | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto. |
| Educadores Populares | Cognitivo | Histórico | Acúmulo da prática | Ativismo | Criar espaço de discussão para aprofundar o debate em torno da Educação Popular |
| Governo | Econômico/Político | Modelo de projeto | Economicamente | Teoria Positivista | Sensibilizando para o resultado que se quer alcançar, pensando nos processos não formais. |

PAINEL 3.7

Ação 4.1 – Elaborar ferramentas específicas para a medição de elementos intangíveis nos processos de avaliação de resultados

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|-------------------|------------------------------|--|--|--|--|
| Coletivo Nacional | Político/Cognitivo | Composição mista entre sociedade civil e governo | Pautando o debate nas reuniões nacionais | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto e principalmente que nas avaliações feita pelo governo a partir dos indicadores sociais que se tem não refletem o conjunto de atividades realizadas pelos educadores e educadoras brasileiros. |
| Governo | Econômico/Político | Modelo de projeto | Economicamente | Teoria Positivista | Sensibilizando para o resultado que se quer alcançar, pensando principalmente no protagonismo das pessoas. |

PAINEL 3.8

Ação 4.2 – Criar espaço de debate para aprofundamento de indicadores sociais

| Ator | Recursos que controla | Limitações/ Vulnerabilidades | Como pode contribuir? | Como pode prejudicar? | Como atuar em relação a este Ator? |
|----------------------|------------------------------|--|--|--|---|
| Coletivo Nacional | Político | Composição mista entre sociedade civil e governo | Pautando o debate nas reuniões nacionais | Não ter uma estratégia específica para pautar o debate | Sensibilizar para que não percam o horizonte do projeto. |
| Educadores Populares | Cognitivo | Histórico | Acúmulo da prática | Ativismo | Criar espaço de discussão para aprofundar o debate sobre indicadores sociais |
| Governo | Econômico/Político | Modelo de projeto | Economicamente | Teoria Positivista | Sensibilizando para o resultado que se quer alcançar, pensando nos processos intangíveis. |

6. Análise de Riscos e Fragilidades

PAINEL 4

| Perguntas orientadoras: | Análise da equipe |
|--|--|
| 1. As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)? | Antes de realizar cada ação proposta o grupo responsável pelo seu desenrolar deve refletir sobre esses efeitos, nas necessidades e buscar sempre para que os resultados sejam expressivos. Esperamos que de fato haja alteração da relação do homem com o mundo em que vive, mas principalmente que o efeito social seja gerador de cultura, inovação e consciência crítica. |
| 2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais? | No processo de avaliação dessa experiência, propõem-se alterações do ponto de vista subjetivo, intangível. Medida que ainda não se tem um padrão, mas que são demandas surgidas na, e com a, comunidade, e, portanto, aspectos políticos podem trazer efeitos negativos no primeiro momento, pois as pessoas estão habituadas a perceber o óbvio, o tangível. |
| 3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir? | Realizar uma medição de determinada política é muito difícil. E isso se torna mais complicado ainda quando não se tem um padrão normativo para seguir. Uma questão importante que poderá ser feita para prevenir é garantir que o máximo de pessoas, organizações e movimentos façam parte do processo de criação desses referenciais teóricos. |
| 4. O que pode ser feito para garantir a implementação das | Ficar atento ao cronograma de execução das ações |

| | |
|---|------|
| ações propostas? | |
| 5. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto? | Sim. |

7. Considerações Finais

De acordo com o texto “Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas”, de Paulo de Martino Jannuzzi (2001), os principais riscos que uma ação como esta poderá ter é que apesar de um arsenal de indicadores sociais pautados num referencial teórico prático não “se deve superestimar o papel e a função dos Sistemas de Indicadores Sociais neste processo, como se a formulação e implementação de políticas públicas dependessem exclusiva ou prioritariamente da qualidade dos insumos informacionais”.

Outra questão é que por mais acertado que possa ser o diagnóstico, ainda não é o suficiente para garantir uma implementação com eficácia e eficiência. E, de acordo com o autor “a implementação das políticas está sujeita ao papel crucial desempenhado pelos agentes encarregados de colocá-la em ação, que podem potencializar ou criar barreiras adicionais a sua efetivação” (2001).

O processo descentralizado e sistemático de formação em direitos humanos realizado por coletivos estaduais, regionais e uma coordenação nacional, que compõe a Rede de Educação Cidadã, identificaram em suas análises avaliativas um campo abrangente no trabalho de formação social, porém, e diante da capilaridade da experiência desenvolvida, precisam identificar indicadores que dimensionem quantitativamente e qualitativamente os resultados de todo o processo já desenvolvido.

Em face a esta percepção, se fez necessário mapear dados que pudessem identificar o alcance e potencialidades destas ações, assim como, as possibilidades de transformação social que este trabalho pudesse fomentar.

A identificação dos nós críticos possibilitou a análise dos desafios a serem superados, analisando os problemas em cada fase, sob a perspectiva do Plano Nacional em Direitos Humanos no que tange a educação não formal orientada pelos princípios de emancipação e autonomia. Ao diagnosticar as etapas dos impedimentos de indicadores que orientassem o alcance das ações, gera ao trabalho de base, a percepção da realidade concreta das populações acessadas nos processos de educação popular da Rede de Educação Cidadã.

Somente com a estruturação de uma investigação mais profunda, como esta desenvolvida, é possível perceber nas descrições de anúncio do problema, suas causas e consequências, prevendo detalhes do processo permanente de sensibilização e formação

de consciência crítica, se torna viável mensurar os desdobramentos do trabalho realizado.

Não somente os processos de educação popular, numa sistemática metodológica Freireana, mas também, a participação democrática e cidadã, no campo formativo, sensitivo e de consciência crítica, desenvolvidos em diversas comunidades, grupos e movimentos sociais, possuem um amplo campo de ações coordenadas que precisam ser desenvolvidas dentro do plano de pesquisa levantado neste trabalho, rumando aos horizontes orientadores no Projeto Político Pedagógico (PPP), já previstos pela equipe de educadores e educadoras sociais.

A delimitação das ações e tarefas dentro da perspectiva pesquisada a partir da experiência vivida, dos desafios levantados, e intrinsecamente expostas nos painéis, possibilitam a verificação detalhada das possibilidades efetivas a serem consideradas pelo coletivo da Recid, e agilidade necessária dos grupos de trabalho, na resolução do problema levantado.

Assim sendo, conclui-se que o mapeamento realizado pela equipe deste trabalho, alcançou a investigação necessária para promover e identificar os indicadores que nortearão o Projeto Político Pedagógico desenvolvido pela Rede de Educação Cidadã, coerentes com a perspectiva metodológica no conjunto de programas, projetos e políticas.

8. Referências bibliográficas

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília - DF: SNAS/SG, 2014.

CIDADÃ, R.E. **Quem Somos**. Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã. Disponível em <http://www.recid.org.br/quem-somos.html>. Acesso em: 30 nov. 2015.

DAGNINO, Renato. **Metodologia de Mapas Cognitivos**. In: Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas: Editora Átomo&Alínea, 2ª edição. Cap 7, pp.187 a 204.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (orgs.). Gestão Estratégica em Políticas Públicas. 2. Ed. Campinas: Alínea, 2015.

FARIA, Claudia F.; SILVA, Viviane P.; LINS, Isabella L. **Conferências de Políticas Públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?** In Revista Brasileira de Ciência Política, nº 7. Brasília, janeiro – abril de 2012, pp.249-284.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 56ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas**. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf>. Acessado em 30 de novembro de 2015.

UFMG. **Relatório: Aprimoramento de Eventos da ALMG**. Departamento de Ciência Política, UFMG. Belo Horizonte – MG: 2012

